

AS CIDADES AMAZÔNICAS NA AMÉRICA PORTUGUESA

Graciete Guerra da Costa

Instituto de Relações Internacionais-IREL/Universidade de Brasília
SQS 112, Bloco K, Apto.505, Asa Sul, Brasília - DF, Brasil, CEP 70375-110
Telefone: +55 (0) 61 3346-9584 e +55 (0) 61 84547719
gracietegcosta@gmail.com

RESUMO

Esta comunicação faz parte de um projeto em andamento sobre a história da ocupação de cidades Amazônicas de 1616 a 1750 examinando a documentação dos viajantes, e alguns mapas dentre eles: a *Carte du cours du Maragnon ou de la Grande Riviere de Amazonas* (1745) de La Condamine; a *Carte de l'Amérique méridionale* (1748), de Bourguignon D'Anville e o *Mapa das Cortes* (1749), organizado por Alexandre de Gusmão. De 1535 a 1542, diversas expedições tentaram sem sucesso penetrar o Amazonas. O privilégio do descobrimento do Rio Negro coube, inteiro, a Francisco de Orellana, que realizou a primeira expedição ao longo do Rio Amazonas, descendo-o a partir dos Andes, e lhe pôs nome a 3 de junho de 1542. Somente depois da viagem de Pedro Teixeira, em 28 de outubro de 1637, começou o devassamento do território amazônico. Os sertanistas, partindo de Belém, Gurupá e Cametá, foram adentrando em viagens ousadas, com a fundação da cidade de Santarém em 1661, passando do Tapajós para o lado do Ocidente, região conhecida por Sertão das Amazonas, rumo aos limites com as colônias espanholas. O primeiro plano urbanístico proposto para as cidades foi parte integrante do projeto do Marquês de Pombal (1750-1777) em integrar a Amazônia ao território português e dar às cidades da Amazônia feições lusas. As intervenções do Marquês de Pombal abrangeram todo o território português, incluindo aí, obviamente, todas as suas colônias. O projeto do Marquês de Pombal objetivava, principalmente, consolidar o vale amazônico como território luso e para isso, não bastava assegurar o domínio territorial da mesma forma que vinha sendo feito há mais de um século. A fundação de novas vilas e cidades em todo o vale do rio Amazonas, em substituição às missões religiosas dos Jesuítas, a nomeação dessas novas cidades com topônimos portugueses como *Almeirim*, *Monte Alegre*, *Alenquer*, *Santarém*, *Óbidos*, e outras além da construção do plano urbanístico aos moldes das cidades portuguesas, dando uma feição lusa a todo o Vale Amazônico.

Palavras-Chave: Origem Portuguesa, Cidades Amazônicas, Fundação.

ABSTRACT

This documentation is part of a project under development about the story of the occupation occurred in Amazon cities, between 1616 and 1750. While examining the documentation of travelers, among some maps we could find: the *Carte du cours du Maragnon ou de la Grande Riviere des Amazonas* (1745) from La Condamine; *Carte de l'Amérique méridionale* (1748), from Bourguignon D'Anville and the *Mapa das Cortes* (1749), set together by Alexandre de Gusmão. From 1535 to 1542, many expeditions were held without any success to penetrate into the Amazon. The privilege of discovering the *Rio Negro* is entirely due to Francisco de Orellana, that made the first expedition bordering the Amazon River, going down from the *Andes*, and gave its name on July 3rd 1542. Only after Pedro Teixeira's travel, on the 28th October 1637 that the real exploration of the Amazon territory began. The *sertanistas* went from *Belém*, *Gurupá* and *Cametá* to challenging destinations and established the city of Santarém in 1661, while bordering the *Tapajós* river across the East, a region renowned as the Amazons' *Sertão*, in order to find the Spanish colonies. The first urbanite plan proposed to the cities made part of *Marquês de Pombal's* (1750-1777) project which aimed to integrate the Amazon to the Portuguese territory and give the cities of Amazon some Portuguese traits. *Marquês de Pombal's* interventions were widely spread among the Portuguese territory, including there, obviously, all of its colonies. The project aimed mainly to consolidate the Amazonian valley as a Portuguese territory, and for that, holding the territory as it was being made for more than a century wasn't enough anymore. The foundation of new villages and cities in all the Amazon river valley, in substitution to the many *Jesuit* order missions, the nomination of these new cities with Portuguese toponyms like *Almeirim*, *Monte Alegre*, *Alenquer*, *Santarém*, *Óbidos*, and others beyond the construction of the urbanite plan following small city models, giving Portuguese appearance to all the Amazonian valley.

Key-words: Portuguese origin, Amazon cities, Foundation.

AS CIDADES AMAZÔNICAS NA AMÉRICA PORTUGUESA

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa anterior realizada na Amazônia (COSTA, 2006) nos permite afirmar que a imensa floresta de terra firme, os rios de diferentes cores, várzeas, serras, cachoeiras, igarapés e lagos foram habitados há mais de 10 mil anos em populações indígenas distribuídas em cinco troncos linguísticos: Tupi, Aruak, karib, Pano e Gê. Assim a Amazônia que os europeus pensam que descobriram no século XVI já estava habitada, e as cidades de origem portuguesa cujas fundações datam dos séculos XVII e XVIII já possuíam populações e nomes indígenas anteriores a essa data.

A presente comunicação faz parte de um projeto em andamento, que busca estudar a ocupação da Amazônia brasileira de cidades de origem portuguesa de 1616 a 1750 examinando a documentação dos viajantes, e alguns mapas dentre eles: a *Carte du cours du Maragnon ou de la Grande Riviere de Amazonas* (1745) de La Condamine; a *Carte de l'Amérique Méridionale* (1748), de Bourguignon D'Anville e o *Mapa das Cortes* (1749), organizado por Alexandre de Gusmão, observando, particularmente, a contribuição de cartógrafos e engenheiros militares na construção de um espaço pouco ocupado na Região Amazônica.

Assim esse trabalho se refere à história da ocupação de algumas cidades do Baixo Amazonas: Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Santarém, Óbidos, para concluir que existe uma rede de cidades amazônicas de origem portuguesa.

Essa rede de cidades escolhida configura uma das áreas mais importantes da região, pois tem como nós em seus “extremos”, as capitais dos estados com seus dois maiores núcleos urbanos (Belém - Pará (1616) e Manaus - Amazonas (1669). Como eixo de fluxos variados, o Rio Amazonas configura o corredor de transporte de mais significativo volume de capitais, produtos e pessoas, sendo a via que dá acesso à sua foz. É também o mais característico meio de transporte da Amazônia, o curso de alguns de seus maiores rios, tais como: Solimões, Negro, Purus, Madeira, Tapajós, Trombetas, Nhamundá, Curuá-Una, Arapiuns e Xingu.

Para que se compreenda o processo de ocupação da Amazônia, e se reconheça a sua importância, é fundamental que busquemos suas raízes históricas (CARVAJAL, 1992) e seus mapas (COSTA, 2007).

2. A CHEGADA DOS PORTUGUESES NA AMAZÔNIA

A América entrou na História com a aventura da viagem de Cristóvão Colombo, em 1492. Pelo Tratado de Tordesilhas, firmado em 7 de junho de 1494, a maior parte das terras da Amazônia passou a pertencer à Espanha. Porém, a Coroa espanhola dedicou pouca atenção à região durante o século XVI, posto que não havia ainda encontrado quaisquer fontes de riqueza imediata que lhe fosse interessante, a exemplo do que ocorreu em outras áreas de colonização (REIS, 2001).

Em 1498, Cristóvão Colombo chegou à altura da foz do Rio Orinoco. Dois anos depois, a expedição comandada por Vicente Yañez Pizón atingiu o território do atual Brasil e alcançou o estuário do Rio Amazonas, tomando posse em nome da Espanha e o batizando de “*Santa Maria de la Mar Dulce*”. Entretanto, o historiador português Duarte Leite contesta a afirmação de que Vicente Yañez Pinzón, Diego de Lepe e Alonso de Hojeda estiveram no Brasil antes de Cabral.

“Segundo os dados oficiais, muitas expedições foram realizadas com a finalidade de conquistar a Amazônia. Os espanhóis foram os que mais tentaram, chegando a realizar, entre 1500 a 1570, vinte e duas expedições. Os ingleses empreenderam oito (...) Os franceses, no mínimo, sete (...), na fundação do forte do Presépio, em 1616”.

A primeira expedição européia a navegar por toda a extensão do Rio Amazonas foi a do espanhol capitão Francisco de Orellana que, em 1542, fez o reconhecimento de sua foz e lhe deu o nome atual, tendo como cronista da viagem o frei Gaspar de Carvajal (CARAJAL, 1992). O viajante encontrou as margens do rio e de seus afluentes densamente povoadas (MONTEIRO, 1994), com aldeias atingindo várias “léguas” de extensão, algumas das quais considerou bem construídas, com “vias” longas, amplos ancoradouros e muitos barcos. Nelas, os espanhóis conseguiram, em troca de objetos de pouco valor, a alimentação necessária para a manutenção da expedição pioneira. Os nativos cultivavam milho, mandioca e inhame, e dedicavam-se ainda à caça, à pesca e à criação de tartarugas.

Em seu relato da viagem, frei Gaspar de Carvajal descreveu a chegada dessa expedição à região. Acredita-se que a aldeia a que se refere seja a grande aldeia dos Manãos.

*“Em cada porto, havia uma multidão de índios (...) Esta aldeia se estendia por mais de duas léguas e meia (...) No sábado, o Capitão mandou aportar em uma aldeia onde os índios se preparavam para se defender; apesar disso, os expulsamos de suas casas. Provimo-nos de comida (...). Nesse mesmo dia, prosseguimos viagem, vimos a boca de um outro grande rio que entrava pelo que navegávamos, pela margem esquerda, cuja água era negra como tinta e, por isso, o denominamos **Rio Negro**..” (CARVAJAL, 1992).*

Foi difícil a ocupação do Rio Amazonas por parte dos europeus. Dominavam o vale quase inteiro os índios Manáos, que se distribuíam pela Zona do Alto, do Uarirá até a ponta inferior da Ilha de Timoni, fronteira à Barra do Rio Xinará. Em seu relatório, frei Gaspar de Carvajal descreve a quantidade e diversidade de tipos de grupos locais encontrados nas mais diversas formas e tamanhos na Amazônia.



Figura 1 – Mapa do Grande Rio Marañon ou das Amazonas de Samuel Fritz, 1691. Fonte: CINTRA, JP, In: Região amazônica: perspectivas de uma cartografia comparada, 1ºSLBCH, Paraty-RJ, 2011.

Portugal e Espanha estiveram sobre a mesma coroa entre 1580 e 1640, sob os governos sucessivos do rei Felipe da Espanha e de Portugal ao mesmo tempo (GARCIA, 2006). Com isso a entrada dos portugueses em territórios amazônicos foi facilitada naturalmente, assim como foi incentivada a presença de outros europeus na Amazônia (REIS, 1989).

Na primeira metade do século XVII, os portugueses deram início a um processo sistemático de exploração e ocupação do interior amazônico.

Francisco Caldeira Castelo Branco chegou à foz do Rio Amazonas em 12 de janeiro de 1616, fixando residência na confluência do Rio Guamá com o Parauaçu, o grande rio dos índios Tupinambás, hoje denominado Rio Pará. Construiu o Forte do Presépio, em torno do qual fundaria a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.

A partir daí, os portugueses foram devidamente autorizados por Madri, a defender toda a região do Baixo Amazonas, movendo contínuas guerras contra os invasores estrangeiros que apareciam, e em pouco tempo foram expulsos das margens dos rios. E assim, foram adentrando o território fixado pelos limites de Tordesilhas, erguendo fortificações, realizando expedições de reconhecimento pelos rios, e iniciando um lento processo de ocupação na região amazônica (MENDONÇA, 2005).

De São Luís do Maranhão, enviaram para a região uma série de expedições de resgate, empenhadas em capturar e escravizar indígenas e recolher drogas do sertão. Por vezes, acabaram por fundar povoados (como o da enseada do Rio Tarumã), por outras, apenas descobriram bons sítios para a montagem dos acampamentos das tropas-de-resgate (formadas por militares, religiosos, índios, degredados e prostitutas).

Em 28 de outubro de 1637 a expedição portuguesa de Pedro Teixeira subiu pela primeira vez o Rio Amazonas, partindo de Belém, abrindo as comunicações com Quito, provando-as exequíveis, e tornando mais bem conhecido o trecho fluvial entre os Andes e o Atlântico. Sua frota era formada por quarenta e sete canoas com setenta soldados portugueses, movida por cerca de mil e duzentos índios e negros. No caminho, fundou o povoado de Franciscana, na junção dos rios Solimões e Aguariço, marco da futura posse lusa na região (ACUÑA, 1994).

Somente depois da viagem de Pedro Teixeira (1637-39) que começou o devassamento do território amazonense. Bento da Costa, piloto da armada de Pedro Teixeira, produziu em 1638 o Mapa do rio das Amazonas.

Os sertanistas, partindo de Belém, Gurupá e Cametá, foram conquistando o território, em viagens ousadas, passando do Tapajós para o lado do Ocidente, região conhecida por Sertão das Amazonas, rumo aos limites com as colônias espanholas.

Tais sertanistas buscavam ouro, caçavam índios e coletavam drogas do sertão. As drogas – no linguajar da época – eram o cacau, a baunilha, a canela, o cravo, as raízes aromáticas, apreciadíssimas riquezas naturais, abundantes em todo o vale. Em suas penetrações, levaram à escravidão quantos indígenas encontrassem. Os nativos, assim subtraídos à liberdade, carregados às centenas para Belém, eram vendidos aos moradores por preço definido pelo governador e pela Câmara local.

Pedro Teixeira foi também o primeiro europeu a fazer o trajeto terrestre de Belém até São Luís, até então desconhecida dos portugueses. Essa rota era estratégica para garantir a comunicação entre as capitânicas do Maranhão e do Grão-Pará, caso o caminho marítimo estivesse bloqueado.



Figura 2 - Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Brésil et du Pays des Amazones, de Guillaume de L'Isle, 1716.

Fonte: *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império* / Organização Antonio Gilberto Costa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Os padres formaram, juntamente com os militares, funcionários civis, aventureiros e degredados a estrutura do sistema colonial português que se implantou na Amazônia. A participação de religiosos no processo de colonização se intensificou ao correr do século XVII com a chegada de outras congregações mercedários, carmelitas e jesuítas. A chegada dos jesuítas a Belém, liderados pelo Padre Antônio Vieira, em 1659 fez surgir os primeiros obstáculos a aquelas operações de caça ao indígena (AZEVEDO, 1901).

3. OS ESTUDOS CARTOGRÁFICOS AMAZÔNICOS

Os estudos cartográficos referentes à Amazônia, produzidos antes de 1750, trazem informações de cartógrafos holandeses, franceses, espanhóis, alemães e italianos, como é o caso dos mapas abaixo relacionados (ADONIAS, 1963).

Os portugueses preocupados em assegurar e expandir os limites de seus domínios nos confins da Amazônia sentiram necessidade de conhecer e levantar informações técnicas sobre as características físicas da região. A pedido de

Alexandre de Gusmão, secretário de D. João V, rei de Portugal, e participante das negociações do Tratado de Madri foi solicitado a José Gonçalves da Fonseca fazer estudos cartográficos que resultaram no *Mapa do Rio Madeira, desde as nascentes dos rios Beni e Mamoré até a foz, no rio Amazonas, em 1747*. Em 1750, ele desenhou a *Carta hidrográfica em que descreve as origens de vários e grandes Rios da América Meridional Portuguesa (...)*.

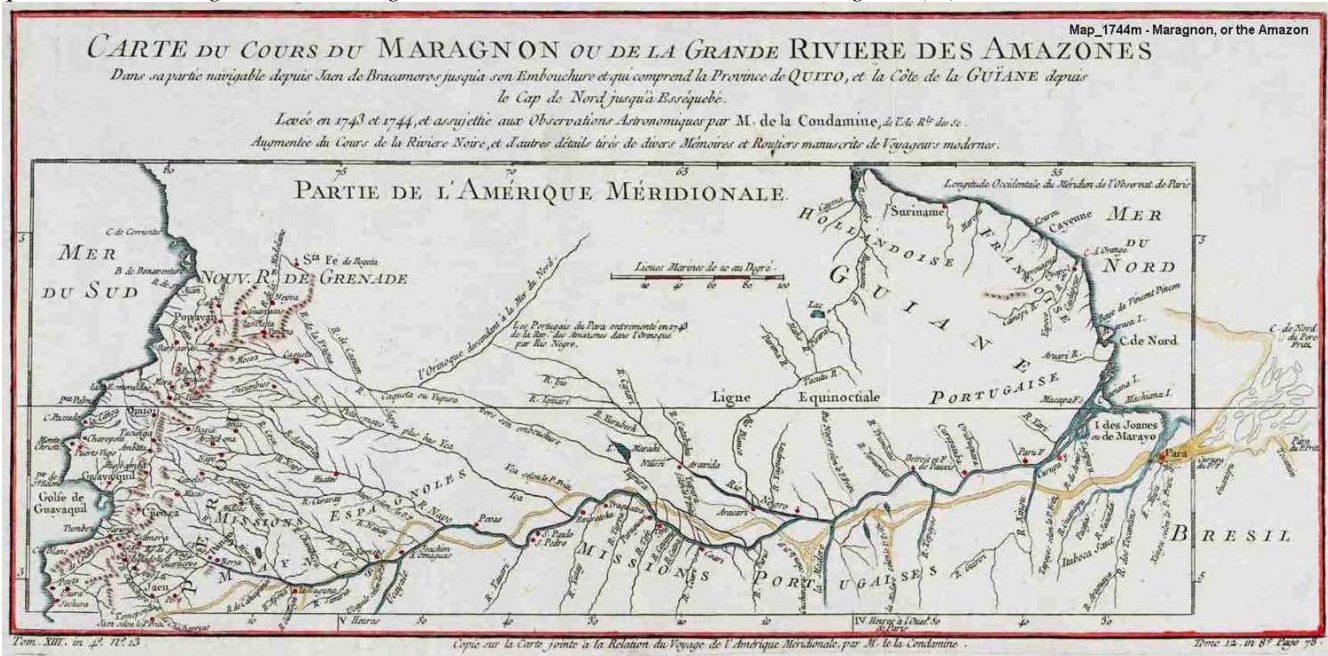


Figura 3 - Carte du cours du Maragon ou de la Grande Riviere de Amazones de La Condamine, 1743-1744. Fonte: *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império /* Organização Antonio Gilberto Costa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

4. ORIGEM DAS CIDADES NA AMAZÔNIA

O Rei de Portugal D. José subiu ao trono, em 31 de julho de 1750, vago pela morte de seu pai, D. João V. Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal foi nomeado membro do Conselho do Rei, ministro e secretário de Estado e Inspetor-Geral do Real Erário. Cuidou rapidamente das obrigações diplomáticas do Tratado de Madri para por em prática seu plano de transformação na estrutura da Amazônia Colonial Portuguesa.

Em 1751, chegou a Belém Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, para assumir o cargo em 24 de setembro do mesmo ano, como governador da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, e com obrigações de plenipotenciário das Demarcações e Limites do Tratado de Madri na região norte. Trouxe consigo um projeto de reformulação das cidades da região (MENDONÇA, 2005).

O plano urbanístico proposto para as cidades na Amazônia foi parte integrante do projeto do Marquês de Pombal (1750-1777) em integrar a Região ao território português e dar às cidades da Amazônia feições lusas (MAXWELL, 1996), visando torná-las economicamente rentáveis à Portugal e estruturalmente subordinadas a ele. Ou seja, na base de toda a ação pombalina da Amazônia estava a ideia de um novo "desenho", que implicava não só a fixação de fronteiras concretamente demarcadas no espaço, como também a transformação do quadro sócio-econômico da região, que assim seria "redesenhada" em moldes iluministas.

O processo de reforma urbana da Amazônia implicou numa reorganização de praticamente todas as povoações da região. As ocupações que anteriormente possuíam nomes indígenas ganharam nomes de santos, quando foi implantado o Regimento das Missões, com Pombal foram rebaptizadas com nomes lusos. Na maior parte dos casos foram redesenhadas para que, com uma nova forma racional e clara expressassem os valores ideológicos da Reforma. Na tabela abaixo, informamos os outros nomes anteriores das vilas amazônicas que tiveram denominação portuguesa.

Tabela 1 – Lista de origem dos nomes das cidades amazônicas

ORIGEM DOS NOMES DE CIDADES AMAZÔNICAS		
Nome Indígena	Nome de Santo	Nome Português
Aldeia dos Tupinambás	Santa Maria de Belém do Grão Pará	Belém
Paru	-	Almeirim
Gurupatuba	São Francisco de Assis	Monte Alegre
1542 - Tupaius ou Tapajós	Fortaleza do Tapajós	Santarém
Arabés - Surubiú	-	Alenquer
Pauxis	Forte de Santo Antônio dos Pauxis	Óbidos
Manaós	Forte de São José da Barra	Manaus

MIRANDA (2005, ISLBCH) baseada em Renata Araújo informa que para a execução do plano foram convocados mais uma vez os homens que já há muito faziam a "escola portuguesa de arquitetura e urbanismo", a qual Pombal sabiamente fez uso, quer no Reino, quer na colônia.

A intervenção urbanística portuguesa idealizada pelo Marquês de Pombal fez com que as vilas, até então espontâneas, tivessem sua paisagem transformada. Elas passaram a ter traçado urbano, com ruas e praças bem definidas, e os prédios públicos projetados hierarquicamente para abrigar os poderes da época, como a Igreja, a Câmara e a Cadeia.

ARAÚJO (2008) relata que foram nas casas de comércio e nas residências particulares, que as referências da cultura portuguesa se manifestaram mais fortemente. As intervenções do Marquês de Pombal abrangeram todo o território português, incluindo aí, obviamente, todas as suas colônias. Como o Brasil era a principal colônia de Portugal teve seu espaço profundamente marcado pelas ações *pombalinas* que estavam baseadas em submeter a nobreza ao controle da coroa, fortalecer o comércio português, e evitar a interferência da Igreja em assuntos do reino. Pombal idealizou e executou uma nova forma de administração para as colônias de Portugal, que previa além da ocupação do território, o controle de circulação de embarcações não portuguesas, a fundação de vilas e cidades e a execução do projeto urbanístico. Sendo assim, foi na Amazônia que as marcas do período pombalino se constituíram de forma mais expressiva, o que possibilitou a execução do projeto na sua forma mais original possível.

Para Elis Miranda, o projeto do Marquês de Pombal objetivava, principalmente, consolidar o vale amazônico como território luso e para isso, não bastava assegurar o domínio territorial da mesma forma que vinha sendo feito há mais de um século. Assim, a fundação de novas vilas e cidades em todo o vale do rio Amazonas, em substituição às missões religiosas dos Jesuítas, a nomeação dessas novas cidades com topônimos portugueses: Almeirim, Monte Alegre, Santarém, Alenquer, Óbidos, além de Belém. Manaus é a exceção dessas cidades já que seu nome voltou às origens indígenas da tribo dos *Manaós*.

A construção da reforma urbana aos moldes das cidades portuguesas estabeleceu uma feição lusa a todo o Vale Amazônico, impondo, dessa maneira, a cultura lusa em todo o território. A mesorregião do Baixo Amazonas é uma das seis mesorregiões do Estado do Pará. Trata-se de uma planície verdejante quase contínua, formada pela união de quatorze municípios que abriga três microrregiões: Almeirim, Óbidos e Santarém. As características dessas cidades são basicamente as mesmas, cada uma delas fica situada em frente a um rio que pode ser o próprio Amazonas, ou a um de seus afluentes: Trombetas, Nhamundá ou Tapajós (MACHADO, 1990).

As elevações raramente ultrapassam 300 metros de altitude. Possui uma complexa bacia hidrográfica, traçada por lagos, igapós, paranás e igarapés, tem azantes e enchentes anuais que se alternam de seis em seis meses.

4.1 Belém - Pará (1616)

A fundação da cidade de Belém culminou com a grande cruzada das monarquias ibéricas contra a presença estrangeira no litoral norte de Pernambuco. Em 12 de janeiro de 1616, o capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, vindo de São Luís do Maranhão fundou a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, em uma aldeia Tupinambá, edificando o Forte do Presépio, marco de sua fundação. Portugal e Espanha plantaram-se à foz do Rio Amazonas e se preparavam para o combate contra os ingleses e holandeses, então donos do vantajoso comércio na calha do Rio Amazonas.

Os exploradores portugueses acreditaram que a estrela de Belém guiara Castelo Branco até chegar a bom porto. *Transeamus usque Bethlem*, segundo o Evangelho de São Lucas (AZEVEDO, 1901).

Sempre generosos na distribuição de nomes evocativos, os portugueses designaram inicialmente o local de Feliz Lusitânia, para lembrar que a conquista era lusa, embora Portugal e Espanha estivessem unidos pelo mesmo cetro real. A igreja, erguida na fortaleza, ficou sob a invocação de Nossa Senhora da Graça (TOCANTINS, 1976).

O Forte do Presépio, primeiro nome da antiga fortaleza, erguido às margens do Rio Pará, dominava a sua grande bacia, voltado para o estuário do Amazonas com suas águas, ilhas e matas. A localidade alta, de quatro a cinco braças acima do nível comum das terras, adaptava-se bem aos dispositivos de defesa militar. Tinha duas faces para os dois rios, sendo por esse lado escarpada, ligada ao continente por uma estreita faixa de terra, fácil seria isolá-la e defendê-la. O forte erguido era de paliçada, em quadrilátero, feito de taipa de pilão na parte do rio e guarnecido por cestões na parte de terra. Peças de artilharia apontavam para os inimigos eventuais (GARCIA, 2006). Hoje se chama Forte do Castelo.

Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará, a misericórdia da Santa e a grandeza do rio Pará. *Parauassú*, na linguagem dos Tupinambás, significa "rio grande" abreviado para Rio Pará é o desaguadouro dos rios Moju, Acará e Guamá, formando a Baía de Guajará no ponto em que se ergue a cidade de Belém (TOCANTINS, 1996).

O rio e a floresta para o primitivo habitante da região, como também para o conquistador que queria dominá-la, foram e serão sempre as entidades modelares da cultura amazônica, imprimindo-lhe identidade própria ao longo do seu processo sócio-histórico. E sobre as águas da floresta e em meio à floresta, no correr dos séculos XVII e XVIII, dar-se-ia a ampla e envolvente penetração do conquistador, colono ou missionário, no *hinterland* amazônico, explorando suas riquezas e modelando a sua fisionomia pluriétnica.

Historicamente, o Forte do Presépio foi o ponto de irradiação de forças civis, militares e eclesiásticas que se lançaram na construção da Belém seiscentista.

Ao longo da primeira metade do século XVII, a cidade ganhou as suas primeiras ruas, saídas, todas, da área dominada pelo Forte e pela Igreja Nossa Senhora da Graça, a primeira erguida na cidade. Também nesse período observaram-se as primeiras edificações civis e eclesiásticas, feitas com materiais simples, predominantemente de taipa e taipa de pilão. Acanhada entre o rio e o igarapé, cercada por grandes massas hídricas e florestais, Belém chegou à primeira metade do século XVII como um núcleo colonial sem maior expressão.

4.2 Almeirim – Pará (1685 - 1690)

O município de Almeirim, situado na zona fisiográfica do Baixo Amazonas (IBGE, 2013), é uma das cidades de origem portuguesa no estado do Pará. Localiza-se a uma latitude 01°31'24" sul e a uma longitude 52°34'54" oeste, estando a uma altitude de 65 metros. Possui uma área de 72.960,274 km².

A Aldeia do Paru, "*Paru*" nome de peixe também chamado de peixe-enxada e peixe-frade, foi originada com os índios descidos do centro, e prosperou quando se uniu à taba dos índios do Rio Uacapari. Mais tarde, os fundamentos do povoado foram lançados pelos frades capuchos de Santo Antônio no mesmo local onde existia a aldeia (MACHADO, 1990).

Manoel da Mota Siqueira, objetivando defender o território, construiu à margem esquerda do Rio Amazonas, no local onde se encontra a Sede Municipal, um forte de pedra e barro, denominado Forte do Paru. Essa construção foi um dos principais fatores do desenvolvimento do povoado Aldeia do Paru.

Em 1758, por ato do Governador e Capitão-General, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, adquiriu categoria de Vila, passando a chamar-se Almeirim. Entretanto, na época da Independência veio a ser extinta, em virtude da preocupação do Governo da Capitania de alargar os domínios coloniais portugueses, para o Alto Amazonas. Foi elevado à categoria de vila com denominação de Almeirim, em 22 de fevereiro de 1758, sendo desmembrado de Gurupá.

4.3 Monte Alegre – Pará (16..)

Inicialmente a aldeia de Gurupatuba, situada à margem do rio do mesmo nome localiza-se a uma latitude 02°00'28" sul e a uma longitude 54°04'09" oeste, estando a uma altitude de 38 metros. Possui uma área de 20066,39 km².

O nome Gurupatuba vem do *Tupi güyri-ypy*, monte de pedras. Não se sabe com precisão a data da ocupação do núcleo original. Sabe-se que a revista SCIENCE (1996) publicou um artigo de capa com o resultado de uma pesquisa desenvolvida por Anna Roosevelt e sua equipe, na Pedra Pintada e mais 14 sítios arqueológicos, entre 1991 e 1992, na Região de Monte Alegre, na qual revela que o homem americano viveu naquela região há 11.200 anos. As pesquisas avançaram e outras evidências foram recolhidas e estudadas na Serra do Ererê e Paytuna acerca da Tribo da Pedra Pintada, que comprovaram que a tribo viveu em Monte Alegre realmente há 11.200 anos.

Em relatório datado de 1751, do Bacharel João Antônio Diniz da Cruz Pinheiro, que inspecionou as missões da Amazônia, afirmou que àquela localidade foi fundada pelos Capuchos de São José, pertencentes à mesma ordem Franciscana dos Padres da Piedade, porém, de outra província religiosa. Constituída em 1758 a freguesia de São Francisco de Assis foi elevada à categoria de Vila de Monte Alegre pelo Governador e Capitão-General do Grão Pará, cuja instalação ocorreu no mesmo dia. Segundo expressão de Xavier Fernandes, o topônimo, de origem portuguesa, provavelmente uniu o topônimo tupi que significava *monte de pedras*, e cunhou a cidade portuguesa de Monte Alegre, formando por encurtamento – Montalegre.

A Vila de Monte Alegre muito se desenvolveu no período colonial, contribuindo, também, com uma olaria que fabricava telhas e tijolos, construída em 1765 pelo Tenente Manoel Lobo de Almada, então Diretor da Vila.

Devido ao bom clima ali existente a comarca de Monte Alegre foi criada em 1873, e, em 1880 a sede do município adquiriu categoria de cidade.

4.4 Alenquer – Pará (16..)

Localiza-se a uma latitude 01°56'30" sul e a uma longitude 54°44'18" oeste, estando a uma altitude de 52 metros. Possui uma área de 22.282 km².

Os registros da formação do povoado que originou o atual município de Alenquer datam da primeira metade do século XVIII, quando a ordem Franciscana dos Padres da Piedade estabeleceu a sede da catequese no Rio Curuá. Ali trabalharam na conversão dos índios nômades Arabés que desciam o rio (MACHADO, 1990). Naquele local, enfrentaram uma série de doenças tropicais que os levaram até o Rio Surubiú, onde permaneceram. O Topônimo Curuá, vem *curuá, cipó-imbé*. Surubiú, variação de *surubi* nome de um peixe de rio.

Em 1775, o então governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, subiu o Rio Amazonas dando nomes portugueses as antigas missões religiosas. Assim o Surubiú passou a se chamar Alenquer, e elevando à categoria de Vila através da Carta Régia, de 06 de julho de 1775. Depois disso, por um breve período, a partir de 1833, a Vila de Alenquer passou a ser anexada a Santarém, conquistando sua autonomia definitiva em 23 de julho de 1848. Somente em 10 de julho de 1881 foi elevada a categoria de cidade.

4.5 Santarém - Pará (1661)

Santarém é o segundo município mais importante do Estado do Pará. Pertence à Mesorregião do Baixo Amazonas, à microrregião homônima. Situa-se à margem direita do Rio Tapajós na confluência dos rios Amazonas e Tapajós. Está localizado à meia distância das principais capitais da Amazônia (Belém e Manaus). Possui uma área de 22.887,080 km², sendo que 77 km² estão em perímetro urbano.

A Primeira referência escrita de que se tem notícia com relação ao contato de brancos civilizados com os índios Tupaius ou Tapajós, foi em 1542, onde se relata que Francisco Orellana saqueou as plantações de roça e milho desses índios (FONSECA, 1996).

Em 1626, o Capitão Português Pedro Teixeira partiu de Belém chegando à taba dos Tupaius com o objetivo de comprar silvícolas prisioneiros de guerra de outras tribos, para depois escravizá-los. No entanto, os Tupaius não aceitavam esse tipo de negócio, cabendo ao Capitão adquirir esteiras e outras curiosidades, além de manter um ótimo relacionamento (REIS, 1966).

Em 1639, Bento Maciel o Sargento-mor da Capitania do Cabo Norte investiu de surpresa sobre a aldeia dos índios Tapajós, dizimando grande número de índios. Os sertanistas, partindo de Belém, Gurupá e Cameté, foram adentrando o oeste do Brasil em viagens ousadas para buscar ouro, caçar índios e coletar drogas do sertão. Portugal havia solicitado atuação dos missionários na Amazônia para catequizar, civilizar e pacificar os índios (REIS, 1966). Os missionários religiosos eram funcionários da Coroa Portuguesa, e recebiam pagamento pelos serviços prestados. Em 1659 chegou à região o Padre Antônio Vieira, o primeiro jesuíta que veio expressamente ao Tapajós. Assim, diversas ordens religiosas vieram para a Amazônia, e coube à Companhia de Jesus as terras que ficassem ao sul do Rio Amazonas, ou seja, aquelas da margem direita. Em 22 de junho de 1661, o Padre João Felipe Bettendorf instalou uma missão na aldeia dos índios Tapajós.

Com o progresso das missões, Francisco da Mota Falcão iniciou, a construção de uma fortaleza, que com a sua morte foi terminada por seu filho, Manoel da Mota Siqueira em 1697. Essa Fortaleza do Tapajós tinha a forma quadrada, com baluartes nos ângulos, numa colina próxima ao Rio Tapajós, para melhor proteção dos ataques de estrangeiros, formando um pequeno povoado (FONSECA, 1966).

Depois de 1757 com a extinção das Missões Religiosas o pequeno povoado encontrava-se em total abandono. A antiga Aldeia dos Tapajós foi elevada à categoria de vila, em 14 de março de 1758, pelo governador da província do Grão Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, recebendo o nome de Santarém, uma homenagem dos portugueses, à cidade lusitana de mesmo nome, em homenagem à Santa Irene de Portugal.

Em 1762, estando em ruínas, a Fortaleza do Tapajós foi reconstruída, passando daí por diversos reparos. Hoje nada mais existe.

A partir de 1819, diversas expedições científicas visitaram a Vila de Santarém entre eles a dos cientistas europeus Carlos Frederico Von Martius e Johann Baptist Von Spix,

Somente em 24 de outubro de 1848 a Vila de Santarém foi elevada à categoria de Cidade pela Lei nº 145.

4.6 Óbidos – Pará

A antiga Aldeia dos Paxis fica localizada na margem esquerda do Rio Amazonas, distante 1.100 quilômetros de Belém por via fluvial, em um trecho onde as margens do rio tornam-se mais estreitas e o seu canal mais profundo, formando, como se diz na região, a "garganta do rio Amazonas", ou a "fivela do rio", como preferem outros. Nesse ponto a largura do rio é de cerca de 1.890 metros em seu leito normal. Localiza-se na mesorregião do Baixo Amazonas.

O valor da posição estratégica da Aldeia dos Pauxís foi determinado desde a expedição do Capitão-mor da Capitania do Grão-Pará e Cabo, Pedro Teixeira (1637-1639):

"O maior estreito, onde este rio recolhe [as] suas águas, é de pouco mais de um quarto de légua, na altura de 2° 40', lugar que, sem dúvida, destinou a Divina Providência, estreitando ali este dilatado mar doce, para que ali se construísse uma fortaleza para impedir a passagem a qualquer armada inimiga, por maiores forças que traga, entrando pela principal boca deste grande rio, porquanto, entrando pelo rio Negro, ali deveria ser posta a defesa." (ACUÑA, 1865)

Em 1697 por determinação do Governador e Capitão-general do Estado do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1685-1690), foi erguido no local da aldeia o Forte de Santo Antônio dos Pauxis de Óbidos. Ele foi um dos quatro fortes (Forte do Paru de Almeirim, Forte de São José da Barra do Rio Negro, e Forte dos Tapajós de Santarém) erguidos pelo maranhense Capitão Francisco da Mota Falcão às próprias expensas nos sítios que lhe fossem indicados, em troca da mercê do governo vitalício de uma delas. Com a morte do Capitão Francisco da Mota Falcão, as obras foram concluídas por seu filho Manoel da Mota Sequeira em 1698 (BARRETO, 1958, p.47).

O forte foi construído em taipa de pilão, artilhado com quatro peças de pequeno calibre e guarnecido por um destacamento. Posteriormente foi denominado Presídio dos Pauxis, nome da nação indígena que habitava a área, descida pelos frades franciscanos da Piedade juntamente com indígenas do rio Trombetas para a sua construção, e para esse fim ali agora aldeados (aldeia dos Pauxis, ou *Aldeinha*).

Em 1749, sob o comando do Capitão Balthazar Luiz Carneiro, o forte precisava de reparos urgentes. Na ausência de recursos do Governo, o Capitão Ricardo Antônio da Silva Leitão, comandante da praça, procedeu-lhe reparos, louvados pelo governador e Capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado àquele oficial por Ofício de 9 de março de 1753. Naquele momento, a praça contava apenas com três canhões, sete balas de artilharia, 2 arrobas e 18 libras de pólvora, 20 libras de chumbo, 46 libras de balas de mosquetaria, cinco baionetas, reduzindo-se o efetivo ao capitão comandante, um tenente, um sargento ajudante e seis praças (BARRETO, 1958).

Em 25 de março de 1758 a aldeia dos Pauxis foi elevada à categoria de Vila com o nome de Óbidos, e o forte passou a se chamar Forte de Óbidos. Além de defesa estratégica, essa estrutura funcionou como um Registro, atendendo à fiscalização para cobrança dos dízimos da Coroa Real, das embarcações que percorriam o grande rio, de ou para as Capitania de Mato Grosso ou Capitania de São José do Rio Negro.

O município de Óbidos tem hoje 26.826 km², segundo o IBGE, 2011.

4.7 Manaus – Amazonas

Em 1668, o general Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, primeiro Governador do Maranhão e Grão-Pará, determinou que o capitão Francisco da Mota Falcão erguesse um posto avançado e fortificado, capaz de controlar a circulação de embarcações holandesas ou espanholas junto aos rios Negro, Solimões e Amazonas.

A região onde os portugueses o implantaram correspondeu ao local da antiga Aldeia dos Manaós, e também um dos antigos acampamentos de tropas de resgate, e foi escolhido em função de suas características estratégicas militares: um grande platô de desenho triangular, vastamente irrigado, localizado à margem esquerda do Rio Negro, próximo à confluência com o Rio Solimões (COSTA, 2013).

Em sentido estritamente didático, é possível afirmar que o cateto menor desse triângulo irregular corresponde à linha ribeirinha que se desenvolve da foz do Rio Tarumã-Açu (a oeste) até a curva do Rio Negro (na porção sul); que o cateto mediano desenvolve-se da curva citada à foz do braço do Rio Puraquequara (a leste), já acompanhando o Rio Amazonas, após o chamado “encontro das águas” dos rios Negro e Solimões; e que o cateto maior corresponde à linha interiorana que une as duas fozes. Desta vasta gleba de terra – hoje praticamente toda ocupada pela cidade de Manaus – uma fração menor foi escolhida para a construção de uma fortificação: um sítio localizado junto ao cateto menor, todo banhado pelo Rio Negro, desta vez delimitado pelos igarapés de São Raimundo e dos Estudantes. Segundo o geógrafo Aziz Nacib Ab’Sáber (AB’SABER, 2004) o sítio onde foi implantado o forte “*possui uma situação absolutamente privilegiada em face das extensões amazônicas e do gigantesco quadro de drenagem da bacia hidrográfica regional*”.

A Fortaleza de São José da Barra, ou Forte da Barra de São José do Rio Negro, ou Forte de São José, ou Casa Forte, foi erguida – provavelmente em 1669 – em lugar adequado, resguardando o Rio Negro das incursões consideradas inimigas. Era uma porção ribeirinha de um sistema de colinas tabuliformes, à altura de 44,99 metros sobre o nível do mar, aos 003° 8’ 7” de latitude Sul e 060° 61’ 34” de longitude Oeste de Greenwich.

A autoria do projeto (ou do desenho) do Forte da Barra é atribuída ao próprio capitão Francisco da Mota Falcão, ajudado pelo filho Manuel da Mota Siqueira que, segundo o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, era “grande sabedor de assuntos militares” (MONTEIRO, 1994). Uma fortaleza de forma quadrangular foi erguida em taipa de pilão, sem fosso. Em torno dessa construção se agrupavam índios Manáos, Barés, Banibás, Passés, Aroaquis, Juris e de outras tribos; não tardou e começou a se desenvolver o povoado que deu origem à atual cidade de Manaus.

A expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira nos relata que, em 1774 a guarnição ordinária do forte era composta de cem praças e de uma companhia de infantaria auxiliar com o mesmo efetivo.

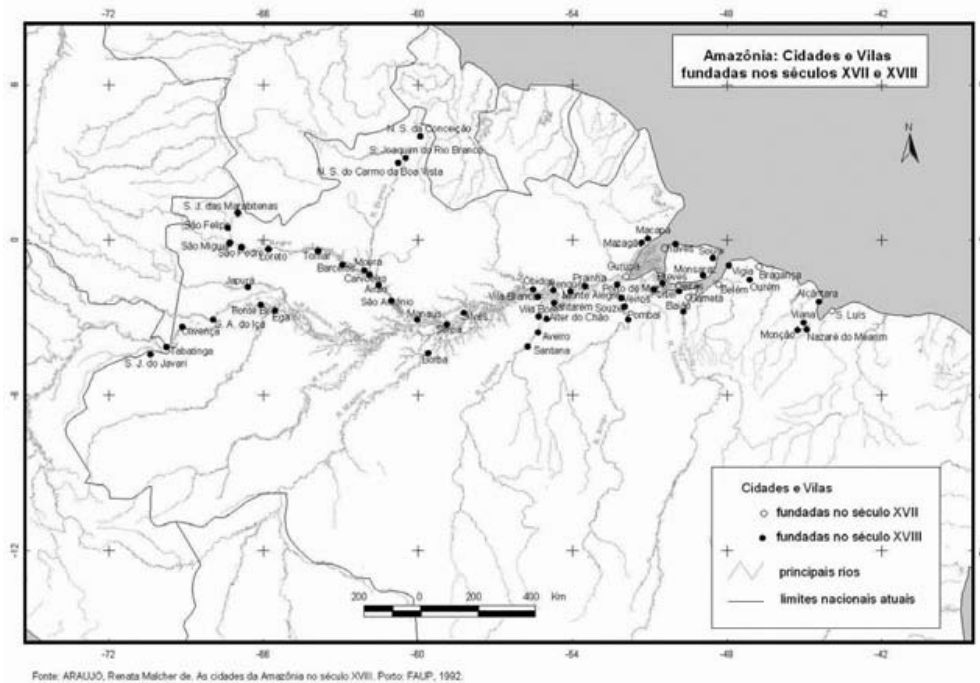


Figura 4 – Mapa de Vilas e Cidades da Amazônia fundadas nos séculos XVII e XVIII
 Fonte: ARAÚJO, Renata Malcher de. As cidades da Amazônia no século XVIII, Porto. FAUP, 1992.

CONCLUSÃO

Os estudos empreendidos no Baixo Amazonas revelam que há pelo menos dois sítios arqueológicos que se destacam, já comprovados cientificamente, em Cidade dos Deuses (Alenquer) e o conjunto de cavernas nas Serras do Ererê e Paytuna em Monte Alegre. As pesquisas arqueológicas revelam que o homem americano viveu há 11.200 anos nas cavernas das serras do do Ererê e Paytuna.

A bibliografia consultada concentrou-se na ocupação das cidades da Região do Baixo Amazonas: Belém - Pará (1616), Almeirim – Pará (1685 - 1690), Monte Alegre (16..), Alenquer (16..), Santarém - Pará (1661), Óbidos – Pará (1697), e Manaus - Amazonas (1669) indicam que a definição de uma estratégia portuguesa de ocupação territorial, econômica e política da Amazônia brasileira ocorreu a partir de 1615.

A entrada na região deu-se de leste para oeste, pela calha do Rio Amazonas, e de sul em direção ao norte e ao noroeste, partindo de São Paulo, já em fins do século XVII.

Depois da viagem de Pedro Teixeira em 1637 o espaço amazônico foi sendo desvendado e integrado econômica e politicamente à Portugal numa estratégia que foi: fortificar as terras já ocupadas por seus primitivos habitantes; explorar matérias-primas e *drogas do sertão* economicamente rentáveis a Portugal; controlar o índio para apossar-se de suas terras, sua força de trabalho, e da procriação da mulher índia. A espinha dorsal da ocupação portuguesa na Amazônia foi o indígena: seu braço, seu cérebro e o ventre da mulher índia. O índio amazônico foi a ponta-de-lança que garantiu a Portugal na época do Tratado de Madri (1750), o maior território possível na Amazônia, e o instrumento para a implementação do plano geopolítico da Coroa Portuguesa em seus enfrentamentos com outros colonizadores europeus.

O imperativo de demarcar os limites setentrionais da colônia levaram Portugal a construir fortalezas militares em locais estratégicos, já anteriormente ocupados pelas missões, na calha do Rio Amazonas, que deu origem, às cidades amazônicas de mesmo nome luso, entre 1612 e 1802.

BIBLIOGRAFIA

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Amazônia do discurso à práxis**. São Paulo: EDUSP, 2004.

- ACUÑA, Cristóvão d'. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas. 1641.** RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XXVIII, Vol. XXX, Parte I, 2º Trim/1865.
- ADONIAS, Isa. **A cartografia da região amazônica – Catálogo descritivo (1500-1961).** Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Rio de Janeiro, 1963. 1º Volume, p.499.
- AZEVEDO, João Lúcio de. **Os jesuítas no Grão-Pará.** Lisboa: 1901.
- BARRETO, Aníbal (Cel.). **Fortificações no Brasil (Resumo Histórico).** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- CARVAJAL, Frei Gaspar de. **Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana.** São Paulo: Scritta, 1992.
- CINTRA, JP, In: **Região amazônica: perspectivas de uma cartografia comparada,** 1ºSLBCH, Paraty-RJ, 2011.
- COSTA, Graciete Guerra da. **MANAUS: Um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano.** Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2013.
- FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém: Momentos Históricos,** 1996.
- GARCIA, Etelvina. **Amazonas, notícias da História: período colonial.** 2ª ed. rev. Manaus: Norma Ed., 2006.
- MACHADO, José de Paula. **Tapajós: o baixo Amazonas.** Rio de Janeiro: Agir, 1990.
- MARTIUS, Carl Friedrich e Spix, Johan Baptist Von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820.** São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1975, Tomo 3.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo,** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de mendonça Furtado: 1751-1759.** 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- MIRANDA, Elis. **Cametá: marcas da presença portuguesa na Amazônia.** In: I Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro, 2005.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus.** Manaus: Metro Cúbico, 1994. pp.16-19.
- OLIVEIRA, José Lopes de (Cel.). **"Fortificações da Amazônia".** in: ROCQUE, Carlos (org.). Grande Enciclopédia da Amazônia (6 v.). Belém do Pará, Amazônia Editora Ltda, 1968.
- PONTES FILHO, Raimundo P. **Estudos de História do Amazonas.** Manaus: Valer, 2000.
- REIS, Arthur Cézár Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil; v.161)
- REIS, Arthur Cézár Ferreira. **A Amazônia e a integridade do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- REIS, Arthur Cézár Ferreira. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia.** Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- REIS, Arthur Cézár Ferreira. **História do Amazonas.** Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. – (Coleção reconquista do Brasil. 2ª série; v. 145)
- RIBEIRO, Berta G. **Amazônia urgente: 5 séculos de história e ecologia.** Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1990.
- Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império /** Organização Antonio Gilberto Costa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- SAMPAIO, Ribeiro de. **1825 - Diário da viagem que em visitaçao e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro, fez o ouvidor e intendente-geral da mesma, nos anos 1774 e 1775.** Lisboa: Typ. da Academia. In: MONTEIRO, Mário Ypiranga. Fundação de Manaus. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.
- SCIENCE. 19 de abril de 1996. Vol. 272. Pages 321-452.
- SOUSA, Augusto Fausto de. **Fortificações no Brazil.** RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140.

TIME-LIFE Books B.V. **A AMAZÔNIA: As Regiões Selvagens do Mundo.** Time-Life Books (Nederland) B.V, 1981.

TOCANTINS Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará.** Rio de Janeiro: 2ª Edição. Editora Civilização Brasileira, 1976.